



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ALINE SANTOS DE LIMA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

MAMANGUAPE – PB

2017

ALINE SANTOS DE LIMA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada a Universidade Federal da Paraíba Campus IV para a obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Aline Cleide Batista.

MAMANGUAPE – PB

2017

L732f Lima, Aline Santos de.

Formação de professores para educação de surdos: desafios e possibilidades. / Aline Santos de Lima. – Mamanguape: [s.n.], 2017.

57f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Aline Cleide Batista.

Monografia (Graduação) – UFPB/CCAÉ.

1. Formação de Professores. 2. Educação de Surdos. 3. Práticas Pedagógicas.

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DE SURDOS:
DESAFIOS E POSSIBILIDADES**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciado (a) em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Cleide Batista.

Aprovado em ____/____/____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Aline Cleide Batista. (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Me. Renata Monteiro Garcia (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Profa. Dra. Maria Valdenice Resende Soares (Examinadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico este trabalho aos meus pais que foram e ainda são os melhores professores para a “escola da vida” que Deus poderia me dar. Vocês foram os responsáveis para a realização desta conquista, pois me ensinaram a nunca desistir mesmo a caminhada sendo longa e árdua.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao nosso Deus todo poderoso pelo dom da vida, e pela sua infinita bondade em permitir a realização deste sonho.

Agradeço aos meus pais por me amarem e estarem sempre presentes na minha vida, por me ensinarem a nunca desistir de realizar os meus sonhos, (os nossos sonhos), pai e mãe vocês foram a peça fundamental para a realização desta conquista. Vocês são a minha inspiração para viver, são meus maiores e melhores exemplos de vida, a vocês mãe e pai, o meu muito obrigada.

Agradeço a minha irmã Patricia por sempre me apoiar e acreditar que esse sonho seria possível de ser realizado, obrigada minha irmã.

Aos meus sobrinhos Maria Victoria (a nossa Vih), Alyne Adna, e Anthony, essa é apenas uma centelha daquilo que vocês um dia irão conquistar, apenas acreditem em vocês, em suas capacidades de vencer.

Agradeço ao meu noivo Leonardo (Léo), por fazer parte desta caminhada, sendo meu parceiro e acreditando sempre que eu seria capaz de vencer, de realizar este sonho. Obrigada amor meu, essa conquista é nossa.

Agradeço as minhas amigas e parceiras de trabalho Renata, Gabrielle (Gaby) e Jane, por contribuírem mesmo que indiretamente para a realização deste sonho.

Agradeço aos meus amigos, irmãos, parceiros, companheiros de caminhada Adriana Santos de Lima, Joanderson Oliveira e Rosiclaudia Cavalcante, obrigada por trilharem comigo essa longa jornada. Grata sou a Deus por colocar pessoas tão especiais como vocês no meu caminho, agradeço a Deus por nossa amizade ter rompido os “muros” da universidade e ter feito morada nas nossas vidas, sem vocês não seria possível a realização deste sonho, eternamente “nós é bom”.

Agradeço em especial a minha irmã e amiga Adriana Santos de Lima que esteve comigo em todos os momentos desta longa caminhada, só nós e Deus sabemos o que tivemos que enfrentar para podermos hoje está aqui cantando o hino da vitória. Obrigada por sonhar, vivenciar, acreditar, lutar e vencer comigo. Sem você nada disso teria sido possível, a você a minha eterna gratidão.

Agradeço direção da Escola Iracema Soares que nos permitiu adentrar em seu meio para pesquisar sobre a temática abordada neste trabalho. Agradeço as quatro professoras por aceitarem a participar e por contribuir com suas experiências profissionais para a realização desta pesquisa, obrigada.

Agradeço a todos os professores que contribuíram ao longo desta caminhada com seus ensinamentos, a vocês o meus muito obrigada.

Agradeço a professora Renata por contribuir de maneira belíssima para o meu processo de formação e por ter aceito o convite de participar da minha banca examinadora, a senhora professora o meu eterno respeito e admiração.

Agradeço a professora Valdenice, por aceitar fazer parte da banca examinadora, contribuindo de maneira significativa para este trabalho.

Agradeço as professoras Francymara e Terezinha, pelos exemplos de profissionais que são, a vocês a minha eterna gratidão, respeito e admiração.

Agradeço ao professor Amon Paiva, que ministrou de maneira extraordinária a disciplina de LIBRAS no curso de Licenciatura em Pedagogia, fazendo com que surgisse em mim o desejo de pesquisar mais sobre a educação dos surdos.

Agradeço em especial a minha orientadora a professora Aline Cleide Batista por seu grande conhecimento sobre a temática abordada neste trabalho e que de maneira singular norteou os caminhos a serem percorridos ao longo dessa caminhada, a você o meu muito obrigada.

LIMA, Aline Santos de. **Formação de professores para a educação de surdos: desafios e possibilidades.** 2017. 57 (p) f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba, Mamanguape – PB.

RESUMO

Este trabalho tem como título Formação de professores para a educação de surdos: desafios e possibilidades. A temática foi escolhida por se tratar de uma questão que vem ganhando visibilidade em muitos países, no Brasil essa temática ganhou força com o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a lei 10.436/2002. O objetivo deste trabalho foi realizar investigação acerca da formação dos professores para a educação do surdo, destacando as práticas pedagógicas como possibilidade de melhoria na efetivação da inclusão dos alunos surdos no processo de ensino e aprendizagem. A pesquisa foi realizada com três professoras que estão atuando em sala de aula de ensino regular da rede pública do município de Mamanguape, e com uma professora que possui uma trajetória de destaque na área da educação de surdos. A metodologia utilizada neste trabalho foi pautada nas teorias da pesquisa qualitativa, utilizamos como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Utilizamos como aporte teórico os estudos de Lacerda (1998), Perlin (2010), Skliar (2010), Strobel (2006). Novóia (1995), Reis (2013), documentos/decretos como a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, e o decreto 5626 de dezembro de 2005, Lakatos (2003), Miguel (2010) e Minayo (1994). Os resultados da pesquisa apontam para a importância de tomar os discursos dos professores no que tange os desafios para a educação de surdos no sentido de promover maiores espaços de informação que evidenciam a importância da formação de professores como possibilidade para a construção de práticas pedagógicas capazes de favorecer o desenvolvimento da aprendizagem da pessoa surda.

Palavras-chave: Formação de Professores, Educação de Surdos, Práticas Pedagógicas.

LIMA, Aline Santos de. **Teacher training for the education of the deaf: challenges and possibilities.** 2017. 57 (p) f. Monography (Licenciatura in Pedagogy) - Federal University of Paraíba, Mamanguape - PB.

ABSTRACT

This work is entitled Training of teachers for the education of the deaf: challenges and possibilities. The theme was chosen because it is an issue that has gained visibility in many countries, in Brazil this theme gained strength with Decree 5.626 of December 22, 2005, which regulates Law 10.436 / 2002. The objective of this work was to carry out research about the formation of teachers for the education of the deaf, highlighting pedagogical practices as a possibility to improve the inclusion of deaf students in the teaching and learning process. The research was carried out with three teachers who are working in a regular classroom of the public network of the municipality of Mamanguape, and with a teacher who has a prominent trajectory in the area of education of the deaf. The methodology used in this study was based on qualitative research theories, we used as a data collection instrument the semi-structured interview. We used as theoretical contribution the studies of Lacerda (1998), Perlin (2010), Skliar (2010), Strobel (2006). (1997), and the Decree 5626 of December of 2005, Lakatos (2003), Miguel (2010) and Minayo (1994). The results of the research point to the importance of taking the teachers' discourses regarding the challenges for the education of the deaf in order to promote greater information spaces that highlight the importance of teacher training as a possibility for the construction of pedagogical practices capable of Development of the learning of the deaf person.

Keywords: Teacher Training, Deaf Education, Pedagogical Practices.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	A formação de professores para a educação de surdos.....	34
Tabela 2:	Desafios no processo de ensinar alunos surdo.....	36
Tabela 3:	Possibilidades para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos surdos.....	40
Tabela 4:	Estratégias para o ensino de alunos surdos.....	41
Tabela 5:	Alunos surdos nas salas de aula do ensino regular.....	44
Tabela 6:	A escola de ensino regular como espaço de aprendizagem dos alunos surdos.....	45

LISTA DE SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais

MEC- Ministério da Educação e Cultura

NEE- Necessidades educacionais especiais

FUNAD- Fundação de apoio ao deficiente

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 EDUCAÇÃO DE SURDOS	16
1.1 Contextualizando o processo histórico da educação para o surdo	16
1.2 Identidade e cultura surda	18
1.3 Política para educação especial: um recorte para a surdez	20
2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES	26
2.1 Formação de professores para a educação de surdos.....	26
2.2 Saberes docentes e formação continuada.....	28
3 METODOLOGIA	31
3.1 Referencial teórico metodológico	31
3.2 O campo da pesquisa: sujeitos entrevistados	33
4 ANÁLISES DE DADOS	36
4.1 Formação de professores para a educação de surdos.....	36
4.2 Desafios no processo de ensinar alunos surdos.	39
4.3 Possibilidades para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos surdos.....	42
4.4 Inclusão e práticas pedagógicas	46
4.5 observações: algumas impressões.....	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
8. REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE A	56
APÊNDICE B.....	57

INTRODUÇÃO

O processo de educação de surdos desde o ano de 1880 sofreu grandes transformações, as políticas voltadas para a educação especial também vêm evoluindo e garantindo cada vez mais os direitos do surdo perante a sociedade. É importante pensar como os direitos dos surdos por muito tempo foram negados, e como nós enquanto sociedade não víamos o surdo como um cidadão dono de direitos e deveres.

Com o congresso internacional de Milão¹ no ano de 1880, o uso da língua de sinais foi definitivamente banido a favor do oralismo², o qual influenciou diretamente no processo educacional dos surdos, de acordo com Strobel (2006) “durante cem anos, os sujeitos surdos ficaram subjugados às práticas do ouvintismo³, tendo que abandonar sua cultura e sua identidade”. Os surdos por muitos anos viveram reprimidos pela hegemonia da cultura ouvinte que não aceitava a diferença linguística existente entre surdos e ouvintes.

Até os dias atuais, apesar do processo educacional do surdo ter evoluído, ainda encontramos realidades que subjugam as capacidades dos surdos em aprender, entendem que o fato do surdo não ouvir impossibilita seu desenvolvimento e suas aprendizagens, segundo Skliar (2010) os surdos em muitos momentos são vistos apenas por uma ausência e conseqüentemente são comparados aos ouvintes no sentido de coloca-los na posição de inferioridade.

Nessa perspectiva, podemos refletir sobre os processos históricos que os surdos tiveram que passar para garantir seus direitos perante a sociedade. Por muitos anos a identidade cultural dos surdos foi negada tendo apenas que vivenciar a cultura hegemônica dos ouvintes. Assim sendo foi necessário que algumas medidas tivessem que ser tomadas para que fossem assegurados o direito de todos pela educação, podemos citar como exemplo, A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) que passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da

¹ O congresso de Milão aconteceu em 1880. Reunia os intelectuais da época em um evento que teria conseqüências terríveis para as comunidades surdas do mundo todo. Nessa ocasião ficou demonstrado que os surdos não tinham problemas fisiológicos em relação ao aparelho fonador e emissão de voz, fato esse do qual derivou a premissa básica: os surdos não têm problemas para falar. Baseando-se nessa premissa, a comunidade científica da época impôs que as línguas de sinais, ou linguagem gestual, conforme eram conhecidas, fossem definitivamente banidas das práticas educacionais e sociais dos surdos. Adotou-se o método de oralização. (BAALBAKI; CALDAS, 2011, p. 1885).

² Representação dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos. (SKLIAR, 2010, p. 15).

³ Conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte. (SKLIAR, 2010, p. 15).

educação inclusiva. A Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien (1990), chama a atenção para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola. (BRASAIL, 2008).

No Brasil algumas mudanças puderam ser percebidas no processo educacional do surdo com o decreto 5.626 de dezembro de 2005 que regulamenta a lei 10.436 de 24 de abril de 2002, pois legitima a obrigatoriedade da Libras como um componente curricular nos cursos de formação de professores. Dessa forma os professores que estiverem em sala de aula com a inclusão de surdos poderão desenvolver práticas pedagógicas que auxiliem o processo de desenvolvimento das aprendizagens do surdo.

Entretanto não basta apenas o professor ter acesso a língua natural do surdo Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois apenas esse acesso não trará garantia de desenvolvimento para a aprendizagem do surdo, se faz necessário conhecimentos capazes de entender o processo de desenvolvimento de cada aluno, independentemente da sua peculiaridade. Nesse sentido, o surdo ainda encontra muita dificuldade para participar da educação escolar, por inúmeros fatores, dentre eles encontra-se a falta de formação dos professores capazes de subsidiar as práticas pedagógicas cotidianamente nas salas de aulas do ensino regular

O surdo não pode mais viver segregado pelo fato de não poder ouvir, precisamos entender que o surdo possui uma língua própria a qual lhe garante o mesmo lugar de destaque comparado ao ouvinte na sociedade.

Este trabalho surgiu dos estudos e debates sobre a surdez e o processo educacional histórico do surdo desenvolvidos nas aulas da disciplina de Libras no curso de Licenciatura em Pedagogia, no curso de Extensão em Libras e dos estudos e debates sobre formação de professores desenvolvidos no Grupo de Estudos e Pesquisas, Práticas Educativas, Currículo e Cultura Escolar – UFPB – Campus IV, coordenado pelas professoras do curso de Licenciatura em Pedagogia Francisca Terezinha, Francymara Antonino e a professora Aline Cleide.

O objetivo geral deste trabalho foi realizar investigação acerca da formação dos professores para a educação do surdo, destacando as práticas pedagógicas como possibilidade de melhoria na efetivação da inclusão de alunos surdos no processo de ensino e aprendizagem. Os objetivos específicos deste trabalho são, analisar a formação inicial de professores antes e depois da legitimação do decreto 5.626 de dezembro de 2005, que instituiu a Libras como componente curricular nos cursos de formação de

professores para o magistério, refletir sobre a importância da formação continuada de professores para a educação de surdos, compreender a necessidade de práticas pedagógicas voltadas para a educação de surdos e identificar os desafios e possibilidades apresentados pelos professores no que tange a educação de pessoas surdas.

A proposta principal deste trabalho justifica-se na importância de pensar a formação dos professores como possibilidade para a construção de práticas pedagógicas eficazes para a educação de alunos surdos inseridos na sala de aula de ensino regular. Nosso campo de pesquisa pautou-se na investigação da prática pedagógica de quatro professoras que atuaram ou estão atuando em salas de aula de ensino regular com a inclusão de alunos surdos.

Afim de atendermos os nossos objetivos e sistematizarmos nosso estudo, organizamos o trabalho em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz a discussão sobre a educação dos surdos, subdivididos em temáticas como: contextualizando o processo histórico da educação para o surdo; a identidade e cultura surda; política para educação especial: um recorte para a surdez. Utilizamos como aporte teórico para as discussões sobre educação dos surdos os estudos de Lacerda (1998), Perlin (2010), Skliar (2010), Strobel (2006).

O segundo capítulo traz a discussão sobre a formação de professores, sendo subdividido por temáticas como: formação de professores para a educação de surdos, saberes docentes e formação continuada, tendo como aporte teórico os estudos de Novoa (1995), Reis (2013), documentos/decretos como a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, e o decreto 5626 de dezembro de 2005.

No terceiro capítulo discutiremos sobre a metodologia utilizada para a pesquisa que estará subdividida em duas temáticas que são o referencial teórico metodológico e o campo da pesquisa: sujeitos entrevistados, tendo como aporte teórico os estudos de Lakatos (2003), Miguel (2010) e Minayo (1994).

O quarto capítulo traz os resultados da análise de dados e para facilitar a compreensão dos resultados alcançados toda a análise estará subdividida por temáticas como a formação de professores para a educação de surdos, desafios, possibilidades, inclusão e práticas pedagógicas. Ademais, para aprofundarmos nosso estudo e nos aproximarmos ainda mais do campo investigado, trazemos o resultado das observações realizadas durante o período da pesquisa: nossas impressões e reflexões.

E por fim, trazemos as considerações finais deste trabalho, a qual vem consolidar as discussões sobre a formação de professores para o ensino de alunos surdos inseridos no ensino regular, trazendo os resultados atingidos e suas contribuições para nós enquanto pesquisadores, para o âmbito acadêmico, e para o âmbito escolar especificamente para os professores.

1 EDUCAÇÃO DE SURDOS

1.1 Contextualizando o processo histórico da educação para o surdo

A realidade vivenciada até os dias atuais é um reflexo dos embates sofridos pelo surdo pela garantia plena à educação. Atualmente os surdos ganharam espaços dentro da escola, mas o que ainda pode ser observado é que as práticas pedagógicas desenvolvidas não favorecem ao surdo o desenvolvimento de suas aprendizagens. Muitos surdos chegam a vida adulta e não conseguem concluir a primeira fase do Ensino Fundamental que vai do 1º ao 5º ano, esse processo se dá pelo fato de o surdo não conseguir se adaptar as salas de aulas de ensino regular pela falta de preparo dos professores os quais precisam mediar a socialização dos alunos surdos com os alunos ouvintes.

Por muito tempo o surdo foi visto como um ser incapaz de aprender, mas a partir do século XVI essa concepção mudou, a partir daí o surdo foi percebido como um ser capaz de desenvolver suas aprendizagens, bastava-se apenas utilizar de práticas pedagógicas que garantissem essa aprendizagem. (LACERDA, 1998). A partir dessa concepção surgiram duas propostas educacionais as quais ficaram conhecidas como oralismo e gestualismo. Poucos eram os surdos que poderiam ter acesso a essas propostas educacionais, os poucos que tinham acesso eram considerados de famílias abastadas da época.

A proposta gestualista teve como principal representante o abade Charles M. De L'Epée que foi o primeiro a estudar e compreender a existência de uma língua a qual mais tarde seria considerada a língua natural do surdo, a que daria então a possibilidade do surdo através da sua língua natural desenvolver outras aprendizagens.

De acordo com Lacerda,

A proposta educativa defendia que os educadores deveriam aprender tais sinais para se comunicar com os surdos; eles aprendiam com os surdos e, através dessa forma de comunicação, ensinavam a língua falada e escrita do grupo socialmente majoritário. (LACERDA, 1998, p.04).

Dessa forma os surdos que tinham acesso a esse processo educacional conseguiam desenvolver sua capacidade de aprendizagem garantindo seus direitos, já que o fato de não saber ler e escrever os colocavam as margens da sociedade. De acordo com Lacerda,

muitos surdos que tinham acesso a esse processo gestualista, mais tarde poderiam até mesmo serem professores de outros surdos.

Contrapondo com a proposta gestualista surge então a proposta oralista que tem como fundador o alemão Heinicke o qual é dono de uma metodologia que ficou conhecida como o "método alemão". Para Heinicke o indivíduo só poderia aprender através da linguagem oral, pois era através dela que se construía o pensamento, indo totalmente de encontro com a proposta de Charles M. De L'Épée.

E em 1880 aconteceu o congresso de Milão o qual foi um marco para a educação do surdo, neste congresso foi decretada a proibição da comunicação gestual defendendo unicamente a palavra pura e viva, à palavra falada (SKLIAR, 2011). Apesar de que o congresso só legitimou o que já estava acontecendo em muitas partes do mundo, a negação da língua natural do surdo, a comunicação por sinais.

De acordo com Strobel,

Durante cem anos, os sujeitos surdos ficaram subjugados às práticas ouvintistas, tendo que abandonar sua cultura e sua identidade surda, obrigados a se submeterem a uma 'etnocentria ouvintista', sendo forçados a imitá-los e a se esforçarem em parecer ouvintes. (STROBEL, 2006, p. 249)

Nesse sentido podemos perceber que durante muito tempo a pessoa surda foi subjugada como sendo um ser sem cultura, tendo que imitar as práticas dos ouvintes, para que assim pudesse ser "inserido" na sociedade, porém o que fica claro é que os surdos jamais poderiam ser comparados aos ouvintes, jamais poderiam ser considerados como um grupo que possuía características linguísticas específicas. Os surdos para os ouvintes eram considerados como seres marcados por uma ausência, vistos como uma "cópia defeituosa" dos ouvintes.

Entretanto, nos dias atuais, os discursos que cercam a surdez asseguram aos surdos os mesmos direitos voltados para os ouvintes, mas é preciso avançar muito no que se refere as Políticas voltadas para a educação especial, especificamente ao que se refere a educação para o surdo, para que ela possa se efetivar em sua totalidade, não ficando apenas nos discursos, mas garantindo que o direito do surdo não irá se reprimir perante o direito dos ouvintes na sociedade.

1.2 Identidade e cultura surda

Muito se discute sobre identidade, mas o que realmente seria essa “tal” identidade? A identidade a qual iremos discutir neste momento se refere sobre a consciência que o indivíduo tem dele mesmo, que mesmo possuindo traços parecidos de outros, ele se vê e se assume como um indivíduo diferente do outro, nesse sentido a identidade pode ser vista então como um fator que nos coloca a um nível elevado de consciência sobre quem somos perante nós mesmo e perante a sociedade em que vivemos.

O surdo ao aceitar sua identidade irá se considerar pertencente a uma cultura específica, que possui uma linguística diferente, pensamentos diferentes. Os surdos historicamente lutaram pela garantia e respeito a sua cultura e identidade linguística que se viram reprimidas pela cultura do ouvinte. A aceitação do ser surdo é um aspecto que vai para além do que a medicina considera como patologia, a identidade e cultura surda desmistifica a concepção de corpo danificado (Perlin, 2010), considerando o surdo como um sujeito que possui uma diferença e não uma deficiência. Os discursos médicos pautados na normalização do corpo afirmam que o ato de falar e ouvir coloca o indivíduo numa posição normal perante a sociedade.

A esse respeito Perlin, nos diz que:

O mito de que a norma para os seres humanos consiste em falar e ouvir leva a olhar o surdo e dizer que ele é um selvagem. O pressuposto normalmente aceito é a normalização do corpo. E esta normalização do corpo evoca o sofrimento do surdo e está registrada na história. (PERLIN, 2010, p. 68).

Em concordância com Perlin (2010), Strobel (2006), afirma o sofrimento do surdo marcado pela normalização do corpo e enfatiza que esse sofrimento perdurou durante cem anos⁴, foram então cem anos de negação de sua identidade e cultura, sendo obrigados a serem como “cópias” dos ouvintes. Assim, os surdos eram forçados a se adaptar a um corpo o qual não os pertenciam, a fala como por exemplo é o aspecto predominante da normalização forçada ao surdo, não se admitia a possibilidade de uma

⁴ O ano de 1880 foi o clímax da história de surdos, que adicionou a força de um lado de muitos períodos de duelos polêmicos de opostos educacionais: a língua de sinais e o oralismo. Nenhum outro evento na história de surdos teve um impacto maior na educação de povos surdos como este que provocou uma turbulência séria na educação que arrasou por mais de cem anos nos quais os sujeitos surdos ficaram subjugados às práticas ouvintistas, tendo que abandonar sua cultura, a sua identidade surda e se submeteram a uma ‘etnocêntrica ouvintista’, tendo de imitá-los. (Perlin; Strobel, 2006. p. 11-12).

outra concepção de comunicação a não ser a concebida oralmente. Até os dias atuais percebemos que a forma de comunicação do surdo que é a gesto-visual ainda é negada em algumas realidades, pois ainda é preferível que o surdo se “adapte” a forma de comunicação oral do ouvinte. É o que comumente denomina-se por surdos oralizados.

Segundo Perlin (2010, p. 68) “Na família a desinformação sobre o surdo é total e geralmente predomina a opinião do médico, e as clínicas de fonoaudiologia reproduzem uma ideologia contra a diferença”. Alguns familiares de surdos os quais não possuem conhecimentos sobre estudos surdos, acabam sendo induzidos pelos conhecimentos médicos a forçarem seus filhos surdos a fazerem tratamento clínico para que possam desenvolver a fala, porém apesar dos tratamentos clínicos os surdos ainda continuam sendo vistos pela sociedade como deficientes e não como sujeitos diferentes

Nesse sentido, faz-se necessário que debates sobre a identidade e cultura surda jamais possam deixar de existir, muitos surdos através de movimentos surdos lutam por essa valorização. A hegemonia existente na cultura ouvinte, não pode apagar a marca da cultura surda. É necessário que todos os sujeitos e todas as culturas possam viver e respeitar as diferenças existentes em cada uma.

A educação escolar é um exemplo de conquista que por muito tempo foi negada para o surdo, que na maioria das vezes foi visto e considerado um sujeito marginalizado na sociedade. Hoje pode ser considerado que há uma maior abertura para o surdo no âmbito escolar, mas ainda percebemos realidades que não compreendem o surdo como um sujeito que necessita de uma pedagogia diferenciada para que seu processo de aprendizagem possa realmente acontecer, e que os estereótipos criados sobre o ser surdo possam então abrir espaço para a valorização da diferença.

No atual contexto as escolas de ensino regular possuem um paradigma denominado educação inclusiva rompendo com o paradigma de educação especial que segundo Skliar (2010, p.12) “via o surdo apenas por traços negativos com desvios de normalidade”. Hoje a educação inclusiva compreende a necessidade de o surdo galgar sua caminhada escolar juntamente com os outros alunos, pois todos possuem os mesmos direitos e precisam que suas diferenças sejam respeitadas, e a escola é um dos espaços que deve proporcionar o reconhecimento e o respeito por todas as diferenças.

Nesse contexto Skliar (2010), nos diz que:

A necessidade de construir um território mais significativo para a educação dos surdos, e de não limitar nossas expectativas a uma “melhoria” dos paradigmas dominantes na educação especial, nos

conduz a um conjunto de inquietações acerca de como narramos aos outros, de como os outros se narram a si mesmo, e de como essas narrações são, finalmente, colocadas de um modo estático nas políticas e nas práticas pedagógicas. (SKLIAR, 2010, p. 13)

Observamos que os espaços escolares ainda possuem muita dificuldade de ter alunos surdos inseridos no mesmo processo educacional que é direcionado para alunos ouvintes, evidenciando o fato de que a educação para o surdo ainda se encontra de forma estática e que mesmo com o rompimento do modelo de educação especial para a educação inclusiva, o surdo ainda continua sendo visto como um sujeito patologicamente discriminado, demonstrando que ainda é preciso evoluir sobre o processo de educação inclusiva para que o surdo possa ser reconhecido como um sujeito que possui sua própria língua, cultura e identidade.

É perceptível que muito se avançou no que tange as formulações de políticas para a melhoria da educação de surdos, porém ainda há muito que se avançar. Um dos aspectos que jamais poderá deixar de ser ignorado é a valorização da diferença do ser surdo, respeitando e compreendendo que ele é um sujeito pertencente a uma cultura específica que não pode ser negada por questões ideológicas as quais denominam o que é normal ou não dentro da sociedade.

1.3 Política para educação especial: um recorte para a surdez

A escola historicamente vem se constituindo como um ambiente que determina a escolarização como “privilégio” de poucos, a exclusão de algumas pessoas ficou evidenciada dentro da escola através de políticas que regem a educação escolar, porém já não se pode ignorar a inclusão/exclusão que permeia as práticas escolares. Assim sendo foi necessário que algumas medidas tivessem que ser tomadas para que fossem assegurados o direito de todos pela educação, podemos citar como exemplo, “A Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) que passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. A Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien/1990, chama a atenção para os altos índices de crianças, adolescentes e jovens sem escolarização, tendo como objetivo promover transformações nos sistemas de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola”. (BRSAIL, 2008)

No Brasil a garantia do direito ao acesso e permanência de todos a escola, é legitimada com o surgimento da Constituição Federal de 1988.

A constituição Federal de 1988, nos diz que:

Um dos seus objetivos fundamentais é “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (BRASIL, 2008, p. 07).

Como podemos ver, no Brasil a Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus principais objetivos, a não discriminação das diferenças existentes na sociedade. Nesse sentido, nossa constituição prevê o bem de todos sem preconceito de raça, cor, idade. A constituição também defende a ideia de uma educação para TODOS, sem distinção, garantindo e assegurando não apenas o direito de ingressar ao processo educacional, mas a garantia de permanência na escola e de desenvolvimento da pessoa para o exercício pleno da sua cidadania.

No entanto, reconhecemos que dificilmente encontraremos realidades compatíveis com as legislações existentes na Constituição Federal. A realidade de algumas escolas brasileiras não condiz com a utopia existente nas leis que regem as políticas voltadas para a educação escolar, principalmente no que se refere ao acesso e permanência das pessoas que necessitam de um atendimento especializado na rede regular de ensino. Na maioria dos casos as pessoas que necessitam de um atendimento especializado são tratadas nas escolas de ensino regular como alguém que precisa ficar excluído da sala de aula regular para que possa desenvolver sua aprendizagem.

É nesse cenário que surge então a proposta de uma pedagogia que considere os aspectos apresentados na perspectiva da educação inclusiva tentando colocar em prática os discursos existentes na Constituição Federal, a qual garante o direito de todos a educação.

Nesse sentido o documento do Ministério da Educação e Cultura (MEC) “Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva” nos diz que:

A proposta de um sistema educacional inclusivo passa, então, a ser percebida na sua dimensão histórica, enquanto processo de reflexão e prática, que possibilita efetivar mudanças conceituais, político e pedagógicas, coerentes com o propósito de tornar efetivo o direito de todos à educação, preconizado pela Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 2015, p.11)

Nessa perspectiva, compreendemos a importância da proposta de um sistema educacional inclusivo que se torne efetivo na realidade das escolas fazendo-se necessário que o ensino disponibilizado venha acompanhado de uma prática pedagógica propícia para cada aluno, é necessário que as especificidades dos alunos sejam atendidas para que o seu direito a educação se efetive na prática.

Nessa perspectiva, podemos compreender que a escola tem como objetivo auxiliar o aluno a adquirir habilidades e conhecimentos que lhes permita viver em sociedade de maneira independente tendo o dever de ensinar o sujeito para sua inserção social, tornando-o consciente de seus direitos e deveres.

Fazendo um recorte da educação inclusiva para a educação pessoas surdas, pensamos na existência de grandes embates que cercam a discussão de sua inclusão ao ensino regular. Skliar (2010), nos chama a atenção para algumas justificativas que permeiam a escolaridade da pessoa surda, considerando-a de certa forma como um fracasso. Mas de quem será a culpa por existir esse “fracasso” na vida escolar do surdo?

De acordo com Skliar,

Existem três justificações impropriamente sobre o fracasso na educação dos surdos. Em primeiro lugar, está a atribuição aos surdos do fracasso-fracasso, então da surdez, dos dons biológicos naturais. Em segundo lugar, está a culpabilização aos professores ouvintes por esse fracasso. E, em terceiro lugar, está a localização do fracasso nas limitações dos métodos de ensino, o que reforça a necessidade de purificá-los, de sistematizá-los ainda mais, de torná-los mais rigorosos e impiedosos em relação aos surdos. (SKLIAR, 2010, p. 18).

As justificações citadas acima, nos faz refletir sobre o olhar que está sendo lançado para a pessoa surda, será que o surdo está sendo visto apenas como um ser marcado por

uma ausência (SKLIAR, 2010). Nessa perspectiva, a ausência da audição, coloca os surdos sempre em comparação com os ouvintes, no sentido de configurar o normal e o anormal. Uma das problemáticas encontradas na educação de surdos diz respeito ao fato de sobrepor a “cultura ouvintista” dentro da realidade da pessoa surda ocultando cada vez mais seu modo de ser e de estar no mundo, atribuindo-lhe a negação da sua cultura, da sua identidade.

Outro fator que Skliar (2010), nos chama a atenção é para a culpabilização aos professores ouvintes e para o método utilizado na educação do surdo. Essa informação nos faz refletir sobre como está se dando a formação dos professores que estão lecionando nas salas de aula de ensino regular. Será que apenas a formação oferecida nos cursos de formação inicial é suficiente para subsidiar sua prática? Ou será necessário buscar uma formação continuada capaz de garantir um bom desenvolvimento de sua prática para a garantia do desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, no que se refere a educação do surdo?

De acordo com Nóvoa apud Costa,

A formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos. (NÓVOA, 1991, p.30 apud COSTA, 2004, p. 71).

Compreendemos assim, o quão importante é a formação continuada de professores para a efetivação de suas práticas no cotidiano das escolas. É no dia a dia que as problemáticas irão surgir e que irá dizer o quanto as práticas de alguns professores precisarão moldar-se. Em concordância com Nóvoa, a escola deve ser o lugar de referência para que se pense em projetos voltados para o desenvolvimento das práticas dos professores pensando na melhoria do ensino da aprendizagem.

Cotidianamente o professor vivencia realidades as quais devem fazê-los pensar sobre suas práticas, pois elas precisam subsidiar o desenvolvimento dos alunos dentro da sala de aula, evidenciando as especificidades de cada um, fazendo com que suas potencialidades sejam enfatizadas no convívio com todos dentro da sala de aula.

Fazendo um recorte da formação de professores para a educação do surdo, surge o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24

de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual evidencia a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de formação de professores.

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. (DECRETO nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005)

Percebemos que a inserção da Libras nos cursos de formação de professores está pautada na melhoria do ensino-aprendizagem do surdo inserido na escola de ensino regular. Nesse sentido, compreendemos a importância de profissionais qualificados para o atendimento dos surdos no âmbito escolar, resgatando assim o respeito com as diferenças existentes na escola, pois o professor através das suas competências irá permitir que o aluno surdo se sinta incluído nesse ambiente, já que o domínio da sua língua (LIBRAS) ainda é minoria comparada a língua majoritária (Língua Portuguesa).

Mas, não basta se ter acesso a sua língua natural, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), para que se desenvolva um trabalho eficaz dentro da sala de aula. Tanto o aluno surdo quanto o aluno ouvinte necessitam de práticas pedagógicas que favoreçam e determinem o seu grau de aprendizagem. Assim, cabe ao professor buscar metodologias diversificadas para suprir as especificidades de todos os alunos que estão inseridos na sala de aula.

A maior dificuldade que o professor encontra na realização de sua prática é o embate diariamente encontrado entre realidade escolar e aquilo que se encontra nas leis do nosso país. A formação de professores para a educação inclusiva é o mínimo que se deve acontecer, porém ainda existem realidades a quais muitos educadores são colocados nas salas de aulas sem nenhuma formação para o ensino de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). As propostas de inclusão ainda são uma “utopia” na efetivação da sua prática, a realidade vivenciada na inclusão segue um caminho diferente daquilo que está proposto nas leis e decretos.

Compreendemos que o processo inclusivo de alunos surdos no ensino regular só poderá se efetivar se acontecer um investimento, investimento não apenas na formação

oferecida aos professores, mas investimento em sua totalidade, a qual abrange todo o âmbito escolar desde a construção do seu currículo aos atendimentos especializados para os alunos com NEE. Percebemos que uma das maiores dificuldades enfrentadas na escola é favorecer uma cultura colaborativa entre sujeitos surdos e sujeitos ouvintes, em que todos participem de forma coletiva no processo de aprendizagem, aprendendo a conviver ambos com suas diferenças, e a escola juntamente com o professor possui o papel de oportunizar condições de interação entre todos os sujeitos, para que seja internalizado em sua vivência o respeito pela diferença.

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES

2.1 Formação de professores para a educação de surdos

Muito se avançou no que se refere a legitimação do direito do surdo pela educação, um desses avanços pode ser visto no decreto 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a lei 10.436/2002 o qual em seu Art. 2º considera o surdo aquele que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Percebe-se então que a partir desse momento houve um reconhecimento no que se refere a lei, sobre a língua natural do surdo. As lutas pelas quais os surdos historicamente passaram pela garantia de seus direitos, nesse momento no Brasil foi reconhecido e garantido obrigatoriamente.

Outra conquista importante que o decreto 5.626/2005, vem trazer para a educação do surdo é a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de licenciaturas. As instituições responsáveis pela formação de professores passam então a assumir a responsabilidade de inserir a libras em seu currículo de forma obrigatória sendo visto como um fator fundamental para a formação de professores.

É preciso analisar como está acontecendo a formação dos professores que estão inseridos nas salas de aulas de ensino regular pelo Brasil, hoje a educação especial passa a ter a denominação de educação inclusiva, a qual tem por objetivo atender todos os alunos dentro da sala de aula do ensino regular independente das suas especificidades, buscando a garantia plena do desenvolvimento e aprendizagem de todos, porém em grande parte a realidade de muitas escolas ainda mantem professores sem uma formação adequada para o público o qual a escola hoje tem por direito de educar.

As leis estão aí para garantir o direito de todos pela educação, mas fica em evidencia que muitos professores ainda precisam de uma qualificação adequada para suprir a demanda de alunos dentro da escola, mas não se pode culpabilizar unicamente o professor por não estarem preparados para receberem um público tão heterogêneo dentro da escola.

Mesmo o professor não sendo o único responsável pelos problemas que cercam sua formação, ao se deparar com as dificuldades existentes na realidade das salas de aula que contemplam múltiplas especificidades é cobrado do professor que ele adquira novas competências para lidar com a diversidade existente em sua sala de aula.

A esse respeito, Reis (2013), nos diz que:

Mesmo sem um investimento adequado na formação, seja inicial ou continuada, é cobrada dos professores novas competências e práticas mais reflexivas. É exigida do professor a compreensão da diversidade cultural e das diferenças que permeiam a escola, mesmo que isso nunca tenha passado pela sala de aula na graduação. (REIS, 2013, p.77)

Compreendemos que o processo de formação de professores vem se modificando com o passar dos tempos e que o professor precisa ir se modificando e se qualificando para suprir as necessidades que surgem provenientes das diferenças existentes no âmbito escolar. Mesmo que em seu processo formativo o professor não tenha adquirido determinados conhecimentos capazes de subsidiar suas práticas pedagógicas será preciso buscar meios para que ele possa adquirir esses conhecimentos, pois a ele será exigido competências que favoreçam o processo de desenvolvimento educacional dos alunos no momento em que estiver em sala de aula.

Nesse sentido percebemos que o professor precisa se capacitar cada vez mais para atender a diversidade existente dentro da escola e, em concordância com a citação anterior, Reis (2013), entendemos que o professor quando estiver em atuação serão cobrados a ele muitos conhecimentos que talvez eles não tenham se quer visto na sua graduação, porem esse não deve ser fator que irar impedir que seja realizada praticas pedagógicas eficazes no processo educacional dos alunos.

O professor também é responsável por sua formação, ele precisa ter em mente que cada realidade é única, cada aluno é único, e que necessitam de uma atenção diferenciada para que ele possa desenvolver também sua aprendizagem. Muitos professores podem até culpar alguns alunos pelo fato de não aprenderem da mesma maneira que os outros dentro da sala de aula, mas será que este professor está olhando para o aluno, e compreendendo que ele necessita de uma prática pedagógica diferenciada, Reis (2013) vem nos dizer que “o problema não são os alunos, como pode parecer, mas sim a falta de preparo dos docentes para atender com qualidade a todos os alunos. Sem formação adequada não há ensino adequado” (REIS, 2013, p. 82).

Essa é uma realidade a qual o aluno surdo vem passando por muitos anos, o aluno surdo na grande maioria das vezes sofre com a falta de preparo dos professores que estão atuando nas salas de aula de ensino regular pelo Brasil. Os alunos surdos são rotulados como alunos que não conseguem aprender! Essa é uma realidade comum nas escolas, raros são os alunos surdos matriculados nas escolas de ensino regular, e os poucos que se

matriculam não conseguem se enxergar como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem que perpassa a vida do professor e aluno dentro da escola.

2.2 Saberes docentes e formação continuada

A educação vem sofrendo inúmeras transformações decorrentes aos avanços da sociedade. A democratização do ensino e as propostas de melhoria no que tange a educação básica é um fator que tem influenciado o processo de formação de professores. A sociedade vem mudando sua configuração econômica e social e sendo cada vez mais influenciada pelos avanços tecnológicos, sendo necessária a intervenção da educação para que se constitua essa sociedade do conhecimento. Mas apesar de muito se avançar e discutir sobre a educação no Brasil ainda se enfrenta grandes dificuldades no que se refere ao seu pleno desenvolvimento principalmente nas realidades das escolas públicas.

Um dos princípios básicos para se pensar em melhorar a educação é refletir sobre o modo como está acontecendo processo de formação dos professores. A formação de professores depende primordialmente de uma formação inicial, para que a partir dessa formação o professor possa ir se constituindo enquanto profissional docente

Compreendemos a importância que o processo de formação traz para a atuação do professor. O fator primordial se pauta na possibilidade que a formação inicial deve dar para o processo de reflexão ao professor. Quando o professor estiver em atuação ele deverá pôr em prática os conhecimentos adquiridos em sua formação.

A formação inicial dará base para que o professor tenha subsídios teóricos e metodológicos que irão nortear sua prática cotidianamente, porém os conhecimentos teóricos e metodológicos adquiridos nos cursos de formação deverão a todo instante estar ligados a realidade a qual esteja inserido o professor.

Neste sentido Nóvoa (1995), enfatiza a importância de:

Paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas. (NÓVOA, 1995, p. 27).

Nesse sentido compreendemos a importância de modelos formativos que propiciem aos professores a capacidade de refletir sobre seu processo formativo, pois só a partir de processos reflexivos o professor entenderá que ele é o principal responsável

por sua formação. Percebemos que em muitas realidades escolares brasileiras o professor em sala de aula não busca seu desenvolvimento profissional, não busca colocar em prática as políticas existentes que são voltadas para a educação. Os saberes que perpassam os cursos de formação de professores devem subsidiar suas práticas pedagógicas dentro da sala de aula, porém o profissional necessita ter em mente que ele mesmo precisa investir na sua formação, para que cada vez mais sua atuação tenha sentido na realidade que estiver inserido.

A esse respeito Nóvoa, nos diz que:

A formação deve estimular uma perspectiva crítico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada. Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos próprios, com vista à construção de uma identidade, que é também uma identidade profissional. (NÓVOA, 1995, p. 25).

Pode-se dizer que o professor precisa estar em constante formação para que ele consiga atingir um pensamento crítico-reflexivo sobre suas práticas desenvolvidas. O professor precisa buscar a autonomia de seus pensamentos para que ele consiga trilhar sua carreira adquirindo assim sua identidade profissional e utilizando práticas pedagógicas eficazes para que o processo de educação possa realmente acontecer.

Nessa perspectiva surge então o debate sobre formação continuada, a qual possibilita ao professor uma melhora em relação as práticas desenvolvidas em sala de aula. Entretanto ainda não é tão comum na realidade dos professores que estão inseridos na educação de ensino regular devido à grande dificuldade existente na educação do Brasil, muitos professores não buscam uma formação continuada, se mantêm estáticos na sua formação inicial que acaba não sendo suficiente para a demanda existente na realidade da sua atuação.

No que tange a formação continuada, Nóvoa nos diz que:

A formação continua tende a articular-se em primeira linha com os objetivos do sistema, nomeadamente com o desenvolvimento da reforma. É uma visão inaceitável, uma vez que não concebe a formação continua na lógica do desenvolvimento profissional dos professores e do desenvolvimento organizacional das escolas. (NÓVOA, 1995, p. 22).

A formação continuada ainda não é vista como um fator primordialmente necessário para que a educação possa desenvolver-se dentro do âmbito escolar. Na grande maioria das vezes as instituições de ensino buscam promover cursos de formação de professores dentro da própria instituição para que as exigências do sistema sejam então supridas, mas infelizmente não é dada a devida importância para a formação continuada de professores, pois ela tem uma grande importância para a vida profissional do professor.

A escola precisa proporcionar espaços formativos para os professores dentro da própria instituição, porém com o intuito de melhorar o ensino-aprendizagem dentro da escola. A escola e os professores precisam entender que apenas a formação inicial não consegue suprir as necessidades que surgem diariamente dentro do âmbito escolar.

Os alunos de hoje, estão cada vez mais necessitados de práticas eficazes para que sua autonomia, em relação a construção de um pensamento crítico, possa vir a acontecer. É neste cenário que o professor precisa mediar o conhecimento teórico e prático dentro da sala de aula, fazendo com que suas práticas subsidiem a aprendizagem dos alunos de forma eficaz, ou seja o professor necessita saber exercer sua profissão de professor.

3 METODOLOGIA

3.1 Referencial teórico metodológico

A metodologia utilizada neste trabalho foi pautada nas teorias da pesquisa qualitativa, pois através dela tivemos condições de refletir acerca dos discursos das professoras e suas práticas pedagógicas, observando se estão sendo eficazes para o processo de educação dos surdos, pois o pesquisador ao se debruçar em uma pesquisa qualitativa deverá ter um olhar interpretativo para com as problemáticas que emergem da realidade investigada, pois a investigação acontecerá nos seus cenários naturais a ser investigado.

Em concordância com Minayo (1994),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p.21).

Nesse sentido, percebemos a importância de desenvolver essa pesquisa tendo como abrangência o caráter qualitativo, pois iremos lidar diretamente com a realidade existente dentro do âmbito escolar, conhecendo de perto o universo vivenciado pelos professores e pelos alunos surdos. Considerando que o que foi pesquisado não poderia ser quantificado, e sim pensado, questionado sobre seus significados em dada realidade. Como é o caso da nossa pesquisa que teve objetivo realizar investigação acerca da formação dos professores para a educação do surdo, destacando as práticas pedagógicas como possibilidade de melhoria na efetivação da inclusão dos alunos surdos no processo de ensino e aprendizagem.

Foi utilizado como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada para facilitar maior compreensão do conhecimento do que se pretendeu pesquisar. Através da entrevista o pesquisador tem a possibilidade de “mergulhar” na fala de quem será investigado, pois conseguirá capturar toda a informação passada pelo entrevistado.

Segundo Lakatos (2003), a entrevista é:

Um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma

conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (LAKATOS, 2003, p.195).

A entrevista é um instrumento de coleta de dados de maneira eficaz, pois ela consegue dar voz a qualquer tipo de pessoa, seja homem ou mulher, que saiba ler ou não, a pessoa entrevistada terá que responder a algumas perguntas que poderão ser feitas por meio de um roteiro estruturado ou não, mas que estará contribuindo através da sua fala para investigações de problemáticas que poderão ser pensadas, analisadas ou até solucionadas.

De acordo com Miguel, (2010),

O propósito da entrevista não seria, portanto, o de fornecer respostas a perguntas específicas, nem mesmo o de testar hipóteses ou avaliar algo específico, mas buscar tentativas de compreender a experiência de outras pessoas e os significados que elas atribuem para essas experiências. (MIGUEL, 2010, p.04)

Compreendemos então a relevância de se utilizar como instrumento de coleta de dados a entrevista, pois as pessoas que foram entrevistadas contribuíram significativamente para a realização da pesquisa por meio das experiências vivenciadas com a temática discutida. O relevante da entrevista é saber que através da experiência vivida pelo individuo ele estará contribuindo para a criação de significados sobre a realidade pesquisada.

Existem vários tipos de entrevistas, para a nossa pesquisa utilizamos a entrevista semiestruturada que segundo Manzini (2004),

A entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. (MANZINI, 2004, p. 02).

O roteiro criado antecipadamente auxilia na elaboração da entrevista pois o entrevistador poderá ter um auxílio sobre o que será perguntado, isso não significa que o entrevistador irar limitar sua entrevista apenas com o que está posto no roteiro. O roteiro deve estar como um auxílio norteador para que não se perca o foco da conversa no momento da realização da pesquisa.

3.2 O campo da pesquisa: sujeitos entrevistados

A pesquisa foi realizada com três professores que estão atuando em sala de aula do ensino regular da rede pública do município de Mamanguape, e com uma professora que não está atuando em sala de aula com alunos surdos, porém tem uma trajetória de destaque na área da educação de surdos, pois ela foi a primeira professora a trabalhar com surdos no município de Mamanguape, no ano de 2003 ela realizou concurso público e foi indicada por uma pessoa que trabalhava na prefeitura para trabalhar na sala de educação especial para surdos, passou 4 anos trabalhando na sala de educação especial, e após esse período ela foi para o cargo de coordenadora da educação inclusiva no município de Mamanguape ficando neste cargo até o ano de 2016. Para preservar a identidade das professoras neste trabalho elas serão nominadas como professora, “A”, “B”, “C” e “D”.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Iracema Soares situada na rua Senador Rui Carneiro, é o cenário o qual as professoras “B”, “C” e “D” estão em atuação. A escola fica localizada no município de Mamanguape no centro da cidade, no momento oferece o Ensino Fundamental II- anos finais e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas já contemplou também o Ensino Fundamental I - anos iniciais. Atualmente a gestora da escola é a senhora Ana Cristina da Silva, formada em Licenciatura em História. A escola possui 18 professores e 500 alunos, sendo 30 alunos do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A escola foi construída no ano de 1976, através do convênio entre Ministério da Educação, Governo do estado da Paraíba e Prefeitura municipal de Mamanguape dentro do projeto de expansão e melhoria do ensino municipal. O governador da época era o Dr. Ivan Bicharia Sobreira. A escola foi inaugurada em 21 de abril de 1977, ampliada no ano de 1985 na gestão do prefeito Gustavo Fernandes.

A escola Iracema soares foi a primeira escola no município de Mamanguape a ser contemplada com a sala de AEE. Segundo a professora “A” que foi coordenadora da educação inclusiva no município de Mamanguape, as salas de educação especial passaram a ser salas de recursos no ano de 2007 quando os alunos com “deficiências” foram cadastrados no Censo, e a partir desse momento as escolas que tinham alunos com “deficiências” poderiam ser contempladas pelo MEC com as salas de recursos. A Escola Iracema Soares então foi a contemplada com a primeira sala de recurso, pelo fato de estar localizada no centro da cidade de Mamanguape e poderia então atender uma demanda maior de alunos que necessitavam de um atendimento educacional especializado.

As três professoras que estão atuando na Escola Iracema Soares, estão consequentemente lecionando no Ensino Fundamental II- anos finais. Um dos objetivos do projeto de pesquisa seria entrevistar professores que estivessem lecionando no Ensino Fundamental I- anos iniciais, pois estaria contemplando uma das etapas de Ensino a qual o Licenciado em Pedagogia pode atuar. No entanto, devido à grande escassez de alunos surdos matriculados no município a pesquisa então teve que tomar outros rumos, um desses seria realizar a pesquisa com professores da segunda fase, pois atualmente essa é a única escola municipal que possui alunos surdos matriculados e não oferece o Ensino Fundamental I- anos iniciais.

Tentamos então saber da direção em que escola os dois alunos surdos teriam estudado o Ensino Fundamental I- anos iniciais para irmos até esses professores e se possível realizar a pesquisa com eles, porém a diretora da escola não soube responder, simplesmente ela disse que não sabia. Essa sondagem realizada com a direção da escola poderia nos possibilitar ir até a escola para entrevistar os professores que tinham ensinado os dois alunos surdos, mas infelizmente isso não foi possível, devido à falta de informação sobre os alunos surdos por parte da escola a qual eles se encontram matriculados.

As três participantes da pesquisa que atuam na Escola Iracema Soares, foram selecionadas seguindo dois critérios: 1º o professor deveria estar atuando em sala de aula de ensino regular com a inclusão de alunos surdos e 2º seria realizada uma análise temporal, ou seja, entrevistar professores que se formaram no mínimo cinco anos antes e no máximo cinco anos após o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a lei 10.436, de 24 de abril de 2002 que instituiu a inclusão da Libras como componente curricular dos cursos de formação de professores, para compararmos se há diferença em relação ao desenvolvimento das práticas pedagógicas dos professores.

No momento em que estivemos na Escola Iracema Soares a diretora reuniu cinco dos professores que estavam na escola que lecionavam nas salas do 7º ano e 9º ano, pois essas eram as duas etapas que tinham alunos surdos matriculados e que frequentavam a escola, para que assim pudessemos apresentar a pesquisa que seria realizada. Em conversa com os professores foi diagnosticado que apenas três professoras seguiam os critérios citados a cima.

As três professoras escolhidas têm sua formação realizada nos anos 2000, 2002 e 2010. Feito este diagnóstico partimos para as entrevistas com as três professoras escolhidas. Perguntamos as professoras se as entrevistas poderiam ser gravadas, todas

concordaram. As três entrevistas foram realizadas no mesmo dia, pois existia um intervalo entre as aulas o que nos possibilitou esse contato com as professoras, no mesmo dia foi possível observar uma aula de uma das professoras que seria entrevistada.

A professora “B” é natural de Mamanguape, sua formação inicial foi em Licenciatura em pedagogia no ano de 2002 pela Universidade Federal da Paraíba, tendo como área de aprofundamento supervisão, orientação e administração escolar oferecidos no próprio curso de Licenciatura em Pedagogia.

A professora “C” é natural do município de Mamanguape, teve sua formação inicial em Licenciatura em matemática no ano de 2010 pela Universidade Estadual da Paraíba. A professora “D” é natural do município de Mamanguape, realizou sua formação inicial em Licenciatura em Geografia no ano de 2000 pela Universidade Estadual da Paraíba.

A professora que será nominada aqui como professora “A” foi escolhida por ser uma professora que tem uma trajetória de destaque na área da educação de surdos. Essa professora diferente das outras três que foram escolhidas, não foi considerado o ano da sua formação como um critério de escolha e sim sua trajetória de destaque com a educação de surdos.

Essa professora até o ano de 2016 foi coordenadora da educação inclusiva do município de Mamanguape, tivemos conhecimento do seu trabalho ao realizar outras atividades acadêmicas como projetos de pesquisa e extensão - UFPB. Esse contato fez com que pudéssemos conhecer seu legado para a educação inclusiva e sua trajetória de destaque na educação de surdos.

Sua formação inicial foi no ano de 1994, cursou licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba. (UEPB), natural do município de Mamanguape, em 2003 realizou concurso público para a função de professor de geografia no município de Mamanguape, foi classificada porém foi indicada por uma pessoa que trabalhava na prefeitura do município de Mamanguape para trabalhar na sala de aula de educação especial com 15 alunos surdos, ficou durante quatro anos na sala de educação especial lecionando unicamente para alunos surdos, acompanhou o desenvolvimento de seus alunos da 1ª a 4ª série, que atualmente seria do 1º ao 5º ano. Após a conclusão da primeira fase do ensino fundamental os alunos surdos foram encaminhados para uma escola de educação de surdos que fica em Bayeux- PB.

Em um dos seus relatos ela nos diz que, quando fez o concurso em 2003 e foi direcionada para a sala de aula especial para alunos surdos, ela disse que foi um “choque”,

e que por muitos momentos pensou em desistir, porém ela não desistiu. Ao contrário, ela prontamente buscou conhecimentos que pudessem embasar sua prática pedagógica em sala de aula. Buscou os primeiros conhecimentos sobre a educação dos surdos na Fundação de apoio ao deficiente (FUNAD), nesta instituição ela fez os cursos de Libras níveis 1, 2, 3.

Após a conclusão dos cursos de Libras, ela fez especialização em educação infantil na área de Libras, formação em coordenação pedagógica na área de Libras, fez atendimento especializado na área de Libras.

4 ANÁLISES DE DADOS

Neste momento passaremos a expor os resultados obtidos nas entrevistas com as professoras, analisando suas falas tentando compreender como está acontecendo o processo de inclusão do aluno surdo nas salas de aula do ensino regular, nos debruçando sobre temáticas como: formação dos professores para a educação de surdos, desafios no processo de ensinar alunos surdos, as possibilidades e estratégias para o ensino de alunos surdos, inclusão e práticas pedagógicas, e por último discutiremos sobre algumas impressões das práticas pedagógicas dos professores que emergiram da observação de aula.

4.1 Formação de professores para a educação de surdos

A formação do professor é essencial para que ele possa ter um bom desenvolvimento profissional. A formação inicial é o ponto de partida para que o docente possa ir se constituindo enquanto profissional. A prática em sala de aula requer mais do profissional, a prática cotidiana da sala de aula requer do profissional dedicação e comprometimento com todos os alunos que ali estão inseridos.

Fazendo um recorte da formação de professores para a educação do aluno surdo, surge o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual evidencia a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de formação de professores.

Abaixo na tabela 1, observaremos através da fala das professoras a contribuição da sua formação para que elas se sintam preparadas ou não para ensinarem em salas com a inclusão de alunos surdos.

Tabela 1 – A formação dos professores para a educação de surdos

Você se sente preparado (a) para ensinar alunos surdos? Caso não, quais os saberes lhe faltaram em sua formação? Caso sim, o que mais contribuiu na sua formação para que você se sinta preparado (o)?

Professora A	“Sim, para lidar com alunos da primeira fase, por que sou interprete, os cursos que fiz na FUNAD me deram essa habilitação de interprete, mas você sabe que interprete se não praticar ele acaba esquecendo por que os sinais são regionais. Na época que eu fiz meu curso de Licenciatura em Geografia eu não sabia nem que surdo estudava, a gente não tinha noção de nada, todos os saberes que adquiri foi nos meus cursos na FUNAD e nas minhas especializações”.
Professora B	Não, eu não me sinto de forma alguma, na verdade em minha formação eu nunca tive contato com a libras, no momento se falava na questão de inclusão, mas dá condição para que o professor saísse do curso com uma base a gente não via.
Professora C	“Não, de maneira nenhuma. Falta muito ainda para que eu me sinta preparada. Me formei em licenciatura em matemática, mas no ano em que me formei não tive contato com a língua dos sinais, e devido a isso hoje sinto muita dificuldade em ensinar os dois alunos surdos”.
Professora D	“Não, de jeito nenhum, eu me sinto na responsabilidade de acolher esse aluno, por que ele é igual aos outros, apesar dele ter uma necessidade educacional especial ele é igual, mas que eu estou preparada não, creio que nenhum aqui está. Minha formação inicial foi em licenciatura em geografia, na época essa lei já existia, mas o sistema não tinha efetivado as leis sobre as necessidades educacionais especiais em alguns cursos, por isso nunca estudamos a disciplina de libras”.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Percebemos que a professora “A” é a única que responde sim, em relação ao sentir-se preparada em ensinar alunos surdos, ela enfatiza que se tornou interprete através de cursos que realizou na FUNAD, e que se sente preparada para lecionar para turmas da primeira fase do ensino fundamental I. A formação inicial da professora “A” foi em Licenciatura em Geografia e concluiu sua formação no ano de 1994. De forma descontraída ela nos disse que: “eu não sabia nem que surdo estudava”! No momento da entrevista ela deixa bem claro que todos os saberes que lhe deram aptidão para ensinar alunos surdos vieram de cursos que ela mesma buscou, ela viu na FUNAD, a possibilidade de adquirir saberes os quais na época não faziam parte do currículo do seu curso.

As professoras “B”, “C” e “D”, responderam que não se sentiam preparadas para ensinar alunos surdos. A professora B, cursou licenciatura em Pedagogia no ano de 2000 na Universidade Federal da Paraíba- Campus I, ela afirma que nessa época ouvia-se um debate sobre a inclusão, mas a disciplina de libras não fazia parte do currículo do curso.

Ambas as professoras “A” e “B” vieram de uma formação que antecedeu a legitimação do decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que evidencia a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de formação de professores.

Porém o que difere a fala das duas professoras é o fato de que a professora “A”, deixa evidente que sua capacidade para ensinar alunos surdos é proveniente da sua capacidade de buscar novos conhecimentos e essa capacidade possibilita ao professor melhor desempenho na sua prática em sala de aula.

Abaixo está uma das falas da professora “A”, que evidencia sua falta de conhecimento sobre o que seria a educação especial, na época em que ela fez concurso público para lecionar Geografia, mas foi remanejada para uma classe de alunos surdos, a primeira classe de alunos surdos no município de Mamanguape

“Quando eu passei no concurso que me colocaram na sala especial eu fui para a creche, passei uma semana indo para a creche, porque eu achei que classe especial era a creche. Ai a pessoa responsável me encontrou na rua e me perguntou onde eu estava, aí eu disse que estava na creche porque ela tinha me mandado para a creche, mas ela disse que não, que a minha sala estava na escola Ana Cavalcante que foi a primeira escola a ter salas de educação especial aqui em Mamanguape, e nessa sala eu dava todos os conteúdos do primeiro ao quinto ano, após esse período os alunos surdos foram estudar em Bayeux numa escola especial para surdo”. (PROFESSORA “A”, 18/04/2017)

A fala da professora “A”, nos faz refletir sobre a angústia que ela passou ao se deparar com uma sala de aula sendo todos os 15 alunos surdos, e sua formação até então não tinha lhe dado um suporte para essa possível realidade.

A professora “C” e “D” enfatizam que não se sentem preparadas para ensinar alunos surdos, a professora “C” se formou no ano de 2010 em Licenciatura em Matemática, cinco anos após a legitimação do decreto de 2005, mesmo assim o discurso de que o curso não ofereceu a disciplina de Libras ainda prevalece, e em sua fala percebemos que ela sente muita dificuldade em ensinar alunos surdos.

A professora “C” se formou no ano de 2002 e nos diz que: “na época essa lei já existia, mas o sistema não tinha efetivado as leis sobre as necessidades educacionais especiais em alguns cursos, por isso nunca estudamos a disciplina de libras”.

Em sua fala, a professora “C” compreende a existência de leis sobre a temática da inclusão, porem o discurso se repete no que se diz respeito a falta da disciplina de Libras nos cursos de formação de professores.

4.2 Desafios no processo de ensinar alunos surdos.

O debate sobre os desafios que cercam a educação do surdo ainda é muito forte na realidade das escolas brasileiras, a falta de conhecimento dos professores e de todo o corpo da escola dificulta a efetivação no processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular. Na entrevista realizada com as professoras na escola Iracema Sores, foi perguntado se elas encontram desafios no processo de ensinar alunos surdos, 100% responderam que sim, o que diferenciou a resposta delas foi o fato de em seguida terem que responder o que está sendo feito para superar tais desafios elencados por elas.

Abaixo na tabela 2, veremos o discurso das professoras sobre a temática dos desafios para a educação de alunos surdos.

Tabela 2 – Desafios no processo de ensinar alunos surdos

Você encontra desafios no processo de ensinar alunos surdos? Caso sim, quais são e o que você tem feito para supera-los?	
Professora A	“Sim, o primeiro desafio que eu encontro é ver a maneira como as pessoas veem eles, os surdos são vistos como pessoas diferentes. A única coisa que eles têm é por que não escutam, e para mim isso não é deficiência. E as dificuldades e os obstáculos que as pessoas colocam para ensinar esse também é um desafio. Ave maria um surdo, o que é que tem, é uma criança normal. Busquei formação para superar os desafios, fui até as instituições que trabalhavam diretamente com os surdos, fui em associações de surdos, para aprender metodologias, fui conversar com professores ouvintes que já trabalhavam com surdos a muito tempo com a questão de gestão, a questão de coordenação eu era tão bisbilhoteira que até em questão de administração eu procurei saber como eles faziam o processo de inclusão, Só você achar bonito não adianta. Existe uma coisa muito maior por trás, a questão da conscientização das pessoas. Inclusão para mim não é só pegar o aluno e jogar na sala de aula, tem que ter todo um preparo. Já que ele é desprovido de interprete vamos colocar professores que deem condições a eles de aprender”.
Professora B	“Muitos, a falta de conhecimento, a falta de capacitação eu acho que quando o aluno surdo é recebido na rede e ele é cadastrado tem que se ter um trabalho com esse aluno, porque não adianta só inserir esse aluno surdo na escola sem nenhum suporte tanto para ele quanto para os professores. Acho que quando você passa a ser um educador, um profissional comprometido, você passa a ter essa inquietação, você se sente incomodado porque está ali o teu aluno, e você está vendo que não está conseguindo atingir seus objetivos. Buscar conhecimento mesmo de uma forma que a gente consiga pelo menos amenizar um pouco, por que a gente sabe que não consegue sanar, mas pelo menos amenizar e a gente ter pelo menos um mínimo de comunicação com ele”.
Professora C	“Sim muitos, a principal delas é a falta de conhecimentos que nós temos em relação a língua deles, é muito difícil a gente passar a aula toda falando e o aluno surdo sem compreender nada e eu sem compreender nada do que ele está falando. Eu vou tentar buscar conhecimento pelo menos o básico da língua dele para facilitar a comunicação em sala de aula”.
	“Muitos, os desafios se a gente for elencar são inúmeros, a gente não tem nenhuma formação nesse sentido e esse é o primeiro ano, já tenho 19 anos em sala de aula, mas essa é a primeira experiência, ainda não fiz nada para superar, porque a gente está a

Professora D pouco tempo com eles em sala de aula, então ainda estamos nos adaptando, até porque a coordenadora veio e disse que iria conseguir um interprete para melhorar, não tenho tempo de fazer nenhum outro curso, dou aula em dois municípios de segunda a sexta e se eu for fazer um curso sobre a educação de surdos é inviável para mim, porque só sobra o final de semana para a família”.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

A professora “A” traz um ponto muito pertinente para nossa discussão, ela diz que um dos maiores desafios que encontra no processo de ensinar surdos é o fato das outras pessoas os verem como alunos “diferentes” dos alunos ouvintes, simplesmente pelo fato de não ouvir, eles são considerados como um problema em sala de aula.

O fato de professores não se sentirem à vontade com a presença de surdos em sala de aula de ensino regular é muito comum pelos estereótipos criados pela sociedade em relação a pessoa surda.

A esse respeito Perlin (2010), nos diz que:

O indivíduo surdo faz parte dos movimentos marginalizados. Qualquer comportamento negativo de sua parte provoca distorções e estereótipos dentro de uma situação de dominação. O surdo foi acumulando estereótipos que tem reforçado cada vez mais a hegemonia discriminatória de sua produção cultural. O discurso de poder do ouvinte mantém-se firme e controla estes estereótipos. (PERLIN, 2010, p. 55).

Percebemos então que apesar da evolução das legislações brasileiras os surdos ainda encontram muita dificuldade no seu processo de aprendizagem e que a sua inclusão nas escolas de ensino regular está perpetuando estereótipos criados historicamente em seu processo educacional. É comum que o aluno surdo ao ser inserido em uma sala de aula com alunos ouvintes apresente um certo “atraso” em seu desenvolvimento de aprendizagem devido a inúmeros fatores, um deles pode ser elencado como o principal que é a falta de acesso a sua língua natural desde a infância.

Caso o aluno surdo inserido em uma sala de aula de ensino regular fracasse em seu processo de aprendizagem o professor não será culpabilizado. A culpa será na maioria das vezes do aluno surdo, pelo simples fato de não ouvir. E assim os estereótipos continuam cercando a vida dos surdos que segundo Skliar (2010) são vistos apenas como seres marcados por uma ausência.

Apesar dos desafios elencados pela professora “A”, ela buscou formação para que os desafios pudessem ser superados, ela foi até as instituições que trabalhavam diretamente com surdos e buscou conhecimento.

(Eu procurei saber como eles faziam o processo de inclusão, Só você achar bonito não adianta. Existe uma coisa muito maior por trás, a questão da conscientização das pessoas. Inclusão para mim não é só pegar o aluno e jogar na sala de aula, tem que ter todo um preparo. Já que ele é desprovido de interprete vamos colocar professores que deem condições a eles de aprender) (PROFESSORA “A”, 18/04/2017).

A professora “A” buscou conhecimento diretamente de instituições que sabiam mediar o processo de ensino e aprendizagem entre professores e alunos surdos, ela procurou o saber que lhe faltava para que se sentisse capaz de ensinar os alunos surdos e dessa forma buscou superar os desafios que se perpetuaram nos debates sobre a educação de surdo.

As professoras “B”, “C” e “D”, elencaram como maiores desafios a falta de conhecimento sobre a língua do surdo, a falta de formação e capacitação. A professora “B”, enfatiza a importância de se ter um trabalho eficaz no que se refere a inserção do surdo no ensino regular, ela ainda diz que não adianta inserir o aluno surdo em sala de aula regular, quando não se tem um suporte para o aluno nem para o professor. A professora “B” atua em uma escola com sala de recursos, mas podemos perceber na fala da professora que a sala de AEE não está funcionando como deveria estar, ela enfatiza que para incluir o aluno surdo na escola de ensino regular é necessário um apoio tanto para o aluno quanto para os professores.

A professora “C”, demonstra sua angústia em ter um aluno surdo incluído na sala de aula de ensino regular sem nenhuma compreensão de linguagem de ambas as partes professor/aluno, ela demonstra que o principal meio de superar os desafios que surgem na sala de aula é indo em busca de conhecimento, porém ela ainda não buscou conhecimento aprofundado sobre a educação do surdo devido ao pouco tempo do início das aulas.

A professora “D” assim como a professora “C” em sua fala, cita o pouco tempo de atuação com alunos surdos nas salas de aula de ensino regular, a professora “D”, nos diz que a coordenadora da educação inclusiva teria prometido conseguir um interprete para facilitar o processo de ensino e aprendizagem na sala de aula, ela ainda nos diz que não tem como buscar conhecimento em outros cursos, pois não tem tempo devido à sobrecarga de trabalho, pois ela possui dupla jornada de trabalho em municípios distintos.

Segundo a professora “D” a escola possui sala de AEE, mas não está acontecendo uma parceria entre professor da sala regular e professor do AEE o que acaba dificultando a aprendizagem dos alunos surdos. A fala da professora “D” nos faz refletir sobre a falta

de comprometimento do sistema educacional de ensino com a inclusão dos alunos surdos. Ao ouvir seu relato nós enquanto pesquisadores sugeríamos que a gestão de antemão poderia fazer um levantamento de professores capacitados para o processo de educação dos surdos

4.3 Possibilidades para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos surdos

A inclusão do aluno surdo no ensino regular requer um conjunto de mudanças no processo educacional, o currículo escolar deve ser adaptado para que possa então contemplar o ensino para o ouvinte e para o surdo, mas infelizmente dificilmente encontramos realidades assim, as escolas ainda se encontram despreparadas para receber alunos surdos em seu meio. Os professores ao se depararem com alunos surdos em suas salas de aulas devem buscar conhecimento mesmo quando a realidade não colabora para isso, o surdo não pode ser apenas colocado em uma sala de aula como um cumprimento de lei, é preciso que dentro da sala de aula o professor busque meios para facilitar o desenvolvimento dos alunos surdos.

Apesar da difícil realidade encontrada nas escolas de ensino regular, muitos professores tentam “driblar” as dificuldades existentes no processo educacional de alunos surdos. Abaixo na tabela 3, veremos através da fala das professoras o que elas têm feito para “driblar” as dificuldades e assim possibilitar a aprendizagem dos alunos surdos.

Tabela 3 – Possibilidades para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos surdos

O que você tem feito (ou fez) para possibilitar a aprendizagem dos alunos surdos?	
Professora A	“De início a gente sofre, mas eu fui buscar conhecimento, porque quando a gente fala de inclusão em livros e em documentos é muito bonito, mas quando a gente vai para a prática é uma coisa muito crua para professor e para aluno, quando eu aprendi os sinais na FUNAD eu passei a ensinar Libras para os meninos dois dias na semana, por que os únicos sinais que eles conheciam eram os sinais construídos no cotidiano de maneira informal e os outros dias eu dava aula de conteúdos”.
Professora B	“Na verdade, no momento eu vou ser bem realista, nada, por que até então eu nunca tinha trabalhado com aluno surdo, é o primeiro contato que estou tendo, e na verdade eles começaram a semana passada, eu pelo menos não tenho nenhuma experiência, hoje a gente estava conversando, e eu dizia que iria buscar, tentar lidar melhor com ele, não tenho nada de conhecimento, sou totalmente leiga no assunto”.
Professora C	“Bem, não está sendo fácil para nós professores lidar diariamente com os dois alunos surdos, o problema não é o fato deles não ouvirem, mas o problema maior é não sabermos nos comunicar com eles, como faz pouco tempo que eles estão na escola eu ainda não pensei como eu vou fazer para que eles aprendam”.

Professora D

“Para o aluno do 9º ano está mais fácil, porque ele consegue ler os lábios já o do 7º ano é difícil demais, porque eu não consigo acompanhar a língua de sinais, pouquíssimas coisas eu entendo, então quando ele começa a fazer a atividade eu fico fazendo o máximo para que ele entenda o que eu falo, mas ele é “craque” na língua dos sinais. O aluno do 9º ano não tem acesso a libras como o do 7º ano, por isso eu consigo me comunicar melhor com ele pela leitura labial, e assim eu vou tentando passar para ele as mesmas atividades que eu faço com os alunos ouvintes”.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

A professora “A” em sua fala nos diz que inicialmente não é fácil nem para os alunos nem para os professores, mas o diferencial é buscar conhecimento para que possa então saber o que ir fazer. A professora “A” hoje não está inserida em sala de aula com aluno surdo, na época em que lecionou na primeira sala de aula de educação especial do município de Mamanguape se viu “desesperada” pois não sabia o que fazer para todos aqueles 15 alunos surdos. Em um de seus relatos ela nos fala de uma situação que aconteceu em sua sala de aula em que um dos seus alunos surdos foi até ela pedir para ir até o banheiro, e ela sem entender nada do que ele estava falando, fez gestos para que ele ficasse na sala, não saísse da sala em momento algum, o aluno surdo por outro lado sem compreender o que ela estava falando, entendeu que ela estava pedindo para ele fazer sua necessidade fisiológica ali, na sala, e assim aconteceu.

A professora “A” nos diz que esse foi o momento em que ela se viu realmente sem saber o que fazer; muitas vezes ela se perguntou como poderia ensinar para pessoas as quais ela não entendia e nem eles compreendiam a fala dela. Depois desse momento de desespero e angústia, a professora “A” buscou conhecimento para saber lidar com essa nova realidade a qual ela estava sob responsabilidade.

Sendo assim a professora “A” relata que através das dificuldades que cercavam o processo educacional do surdo ela buscou conhecimento, fez:

(Especialização em educação infantil na área de libras, fez coordenação pedagógica na área de libras, atendimento especializado na área de libras, estou fazendo gestão pública. Fiz esses outros cursos por que aquilo que eu tinha era pouco diante do que eu queria. Agora assim, tanto é difícil a questão do profissional como a questão do aluno, mas eu aprendi demais, aprendi o que é uma comunidade surda, culturas da linguagem surda, a questão do português que não é igual, e eu tive que aprender isso). (PROFESSORA “A” 18/04/17).

No momento em que estava atuando com alunos surdos a professora “A” Jamais desistiu pelas dificuldades encontradas no processo de ensinar alunos surdos ao contrário,

ela foi atrás de novos conhecimentos capazes de subsidiar sua prática. Reis (2013) nos diz que “Mesmo sem um investimento adequado na formação, seja inicial ou continuada, é cobrada dos professores novas competências e práticas mais reflexivas” (REIS, 2013, p.77).

As professoras “B” e “C”, deixam claro que o fato de estarem com os alunos a pouco tempo em sala de aula, elas ainda não pensaram em nada para possibilitar a aprendizagem dos alunos surdos.

A professora “C”, nos diz que sente maior dificuldade em ensinar ao aluno do 7º ano pois como ela mesmo coloca o aluno é “craque” nos sinais, e o aluno do 9º ano não domina os sinais. Para a professora “D” é mais fácil se comunicar com o aluno que não domina a Libras, na concepção da professora o aluno que não consegue dominar a Libras consegue fazer leitura labial melhor do que o aluno que domina a Libras.

Abaixo na tabela 4, dando continuidade com a entrevista perguntamos as professoras quais foram ou são as estratégias utilizadas em sala de aula para possibilitar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos surdos.

Tabela 4 – Estratégias para o ensino de alunos surdos

Quais são (foram) suas estratégias em sala de aula?	
Professora A	“Fazia com que ele participasse mais das atividades, falar pausadamente, colocando o surdo sempre na cadeira da frente. O interprete, se a sala tivesse um interprete, ele teria que estar junto para onde eu fosse, participar dos planejamentos, dos conteúdos, tudo o que eu tivesse escrito ele teria que ter para ele ter orientação de como ele iria dar aquela aula, porque ele não pode colocar uma virgula a mais, é um trabalho em conjunto, em parceria. Isso seria o que eu faria hoje se estivesse na sala comum, por que o período que eu passei com os surdos na sala especial eu tive que alfabetizá-los e tive que buscar ajuda fora da escola, já que a escola não oferecia nenhum suporte”
Professora B	“Eu tento gesticular o máximo, falar pausadamente, chegar junto, tento interagir o máximo com ele, ele senta na primeira cadeira para facilitar a visibilidade dele, fico sempre olhando, verificando para saber se ele está fazendo as atividades. Eu já tenho vinte anos de município e até agora eu nunca vi nenhuma capacitação em relação a trabalhar com alunos surdos. Não somos avisadas antecipadamente, a gente chega na sala e se depara com esse aluno surdo, a gente não tem nenhuma formação anteriormente para que você se prepare”
Professora C	“Eu falo devagar para que ele possa compreender, eu estava até comentando com as outras professoras que vou pesquisar, vou imprimir figuras, vou tentar conhecer pelo menos o básico da língua de sinais porque eu sou totalmente leiga nessa questão. E eu percebo que os meninos dizem bem assim quando estou olhando o caderno deles: olha professora ele é inteligente. Porque eles veem que ele está lá copiando, e é muito atento. Na verdade, o que nos falta é conhecimento na área, porque eles são alunos ótimos, em questão de comportamento, de participação, são ótimos os dois, o que falta é o acesso a língua deles”.

Professora D “Eles ficam sentados na frente desde que começou as aulas para que eles possam ter uma melhor visão, mas eles não conseguem ler os lábios da gente, o do 7º ano é o aluno que sabe mais dos sinais, esse não consegue acompanhar o que eu falo, é eu falando e ele gesticulando e eu sem entender nada, o do 9º consegue ler um pouco os lábios esse tem mais facilidade de entender o que eu falo”.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

A professora “A” nos diz que precisou alfabetizar seus alunos surdos quando atuou na sala de aula da educação especial para alunos surdos, ela nos relata que buscou estratégias oriundas de conhecimentos dos cursos realizados na FUNAD, a professora “A” nos diz ainda que se estivesse atuando hoje em sala de aula de ensino regular com alunos surdos, e se nesta sala tivesse um interprete, esse interprete teria que acompanhá-la em todos os lugares que ela fosse, seja planejamento ou qualquer outra coisa que se referisse a sala de aula, pois na concepção da professora o interprete não dá conta das necessidades educacionais dos alunos surdos, ele precisa conhecer os conteúdos lecionados pelo professor para assim fazer a mediação entre o professor e o aluno.

As professoras “B”, “C” e “D” embora sem uma formação voltada para a educação de surdos estão buscando estratégias talvez de forma empírica, mas estão tentando proporcionar uma boa aula para seus alunos surdos. As professoras “B”, “C” e “D” nos relata que tentam gesticular o máximo possível, fala pausadamente, sempre mantem o aluno surdo sentado na frente, fica sempre atenta em relação aos cadernos dos alunos para saber se realmente eles estão realizando as atividades.

A professora “B” relata que nunca viu nas escolas nenhuma formação que subsidiasse a prática dos professores em relação a educação de alunos surdos, porem a professora enquanto professora tem o dever de buscar conhecimentos para que sua atuação em sala de aula tenha um significado relevante na vida de todos os alunos ali inseridos. Compreende-se que para superar as barreiras que cercam o processo de educação de surdos não é fácil, mas entendemos que os professores das salas de aula do ensino regular devem buscar meios para facilitar a vivencia do aluno surdo dentro da sala de aula com os alunos ouvintes.

Em concordância com Nóvoa (1995, p. 25). “A formação deve estimular uma perspectiva critico-reflexiva, que forneça aos professores os meios de um pensamento autônomo e que facilite as dinâmicas de autoformação participada”. Sendo assim, o professor por meio da formação inicial deve buscar caminhos que os levem para sua auto-

formação, com o intuito de conceber um pensamento crítico reflexivo sobre as práticas desenvolvidas em sala de aula.

4.4 Inclusão e práticas pedagógicas

A inclusão do aluno surdo em sala de aula de ensino regular não pode acontecer apenas por obrigatoriedade ou por cumprimento de leis, é necessário que novas práticas pedagógicas sejam desenvolvidas para que realmente aconteça com excelência a inclusão escolar. O aluno surdo ao ser inserido na sala de aula de ensino regular deve participar ativamente do seu processo de aprendizagem, assim como para o aluno ouvinte o professor precisa estar sempre buscando práticas pedagógicas que favoreçam suas aprendizagens, do mesmo jeito acontece com os alunos surdos, o professor precisa buscar meios que estimulem a aprendizagem dos alunos surdos, que permita sua interação em sala de aula com todos os outros alunos.

O documento "A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez" nos diz que:

É necessário reinventar as formas de conceber a escola e suas práticas pedagógicas, rompendo com os modos lineares do pensar e agir no que se refere a escolarização. O paradigma inclusivo não se coaduna com concepções que dicotomizam as pessoas com ou sem deficiência, pois os seres humanos se igualam na diferença, refletida nas relações, experiências e interações. As pessoas com surdez não podem ser reduzidas à condição sensorial, desconsiderando as potencialidades que as integram a outros processos perceptuais, enquanto seres de consciência, pensamento e linguagem. (BRASIL, 2010, p, 08).

Nesse sentido compreendemos que a concepção de educação inclusiva vai de encontro com a dicotomia existente entre o normal e o diferente, pois para se conceber uma verdadeira inclusão escolar é necessário que se compreenda as especificidades de cada aluno e que se estabeleçam práticas pedagógicas eficazes para que aconteça o desenvolvimento tanto do ensino quanto da aprendizagem dos alunos surdos.

Abaixo na tabela 5, analisaremos as respostas das professoras a respeito da pergunta, você concorda que alunos surdos frequentem as salas de aula de ensino regular?

Tabela 5 – alunos surdos nas salas de aula do ensino regular

Você concorda que alunos surdos frequentem as salas de aula de ensino regular?	
Professora A	“Eu concordo desde que eles tenham uma boa base A inclusão de aluno surdo diretamente no ensino regular é bom, mas quando se tem uma base, eu penso que todo aluno surdo antes de ser matriculado, a gestão da escola deveria fazer uma análise da vida desse aluno, se tem libras, se não tem, de onde ele vem, qual o tipo de atendimento ele tem, caso ele não tivesse nenhum atendimento, enviava para uma equipe multidisciplinar para fazer os devidos atendimentos para depois ele ser incluído na escola de ensino regular, por que incluir por incluir para mim não é inclusão, é o pior preconceito que se tem, incluir só para cumprir lei é a pior exclusão”.
Professora B	“Sim, eu acho que ele deve estar inserido no meio sim, ele não vai viver isolado na sociedade, ele faz parte da sociedade, então é essa sociedade e as instituições que tem que dar subsídios para que esse aluno tenha isso garantido, ele tem que ter garantido a educação pública como todos os outros. O que se questiona é dar condições para esse professor trabalhar com esse aluno”.
Professora C	“Sim, mas desde que tenhamos um suporte para ensinar o aluno surdo. Eu lecionei em outro município que tinha uma aluna surda, mas nessa escola tinha uma interprete na sala de aula, e isso facilitava muito, por que o que eu não entendia a interprete passava para mim e do mesmo jeito era com a aluna surda”.
Professora D	“Sim, concordo são iguais, mas nós professores precisamos de uma ajuda, temos que ter um suporte”.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

Todas as professoras responderam sim, que concordam com a inclusão do aluno surdo ao ensino regular. A professora “A” defende a ideia de que para o aluno estar inserido na sala de aula do ensino regular é necessário que se tenha uma base, ela nos diz que no momento da matrícula o gestor da escola precisa saber se o aluno já estudou libras, se ele tem algum conhecimento da libras, caso o aluno não tenha ele precisa de imediato ser encaminhado para uma equipe multidisciplinar para que esse aluno possa ser atendido por especialista para que assim ele possa desenvolver suas potencialidades, caso contrário se o aluno for inserido na sala de aula de ensino regular sem nenhuma base essa educação não irar fazer sentido para a vida do aluno.

A professora “B”, “C” e “D” enfatizam o direito dos alunos surdos de estarem inseridos na sala de aula de ensino regular, porém o que elas trazem de questionamento é a falta de preparo dos professores para receber esses alunos em sala de aula. O decreto 5626 de dezembro de 2005 em seu art. 14º, parágrafo V nos diz que todas as instituições de ensino seja ela privada, federa, estadual ou municipal devem “ Apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos”.

Podemos observar que mais uma vez as leis que regem os direitos do surdo a educação estão em vigor no papel, porem na realidade das escolas é bem diferente. A

professora em uma das suas falas afirma que durante todo o seu tempo de ensino ela nunca presenciou nenhum curso para formação de professores na área da inclusão dentro das escolas. Infelizmente ainda é perceptível um certo descaso para a educação inclusiva, e consequentemente para a educação do surdo.

Dando continuidade com a entrevista, perguntei as professoras se elas acham que a escola de ensino regular é suficiente para que o aluno surdo desenvolva suas aprendizagens, abaixo na tabela 6 analisaremos a resposta de cada uma.

Tabela 6- a escola de ensino regular como espaço de aprendizagem dos alunos surdos

Você acha que a escola de ensino regular é suficiente para que o surdo desenvolva suas aprendizagens? Caso seja suficiente justifique, caso não seja, qual seria outra possibilidade?

Professora A “Não, não foi, nem fazer e nem será. O início de tudo é a base, nasceu uma criança surda hoje, a criança precisa ser encaminhada para uma instituição que lida com crianças surdas, por que ali terá um atendimento clínico, psicológico e acadêmico tanto para a mãe quanto para o filho, tendo base nenhum problema na escola regular será um problema para ele”.

Professora B “Não, instituições que tivessem profissionais que entendessem a língua de sinais ou que a escola tivesse um ambiente que proporcionasse isso. Não necessariamente a ele precisaria sair da escola, mas que a escola tivesse um espaço para trabalhar, que desse condições para trabalhar”.

Professora C “Não, o ideal é que o aluno tivesse um atendimento especializado em alguma instituição, a escola até tem uma sala de recurso que eles vão duas vezes na semana, mas mesmo assim não é suficiente para o aluno, nem para nós professores”.

Professora D Não, mas eles têm um suporte aqui que é a sala de recursos, que eles vêm duas vezes na semana, e três vezes é normal. Mesmo com a sala de recurso na escola ainda não é suficiente, eles precisam de um atendimento especializado.

Fonte: acervo pessoal da pesquisadora

De forma unânime todas as quatro professoras responderam não, que a escola de ensino regular não é suficiente para o ensino de alunos surdos. A professora “A” em sua fala enfatiza novamente a questão do aluno ter uma base antes de entrar na escola de ensino regular, ela nos diz que nenhum problema que aparecer no cotidiano da escola será um obstáculo se o aluno surdo tiver uma base consistente da sua língua natural, da sua identidade, da sua cultura.

A professora “B”, “C” e “D” em suas falas nos dizem que os alunos surdos deveriam estar em contato com uma instituição especializada para atendê-los. A professora ‘B’ nos diz que esse atendimento poderia não necessariamente acontecer fora da escola, esse atendimento poderia ser dentro das escolas, mas que realmente desse uma

base para que os alunos aprendessem e que os professores pudessem e soubessem trabalhar em sala de aula com alunos surdos. Os depoimentos das professoras “B”, “C” e “D” nos fazem pensar sobre o papel da sala de AEE, pois a escola que as professoras lecionam possui uma sala de AEE, porém na fala das professoras fica claro que a sala de AEE não está cumprindo seu devido papel que segundo o documento do MEC, a educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez, “é estabelecer um ponto de partida a compreensão e o reconhecimento do potencial e das capacidades dos surdos, vislumbrando o seu pleno desenvolvimento e aprendizagem”. (BRASIL, 2010, p.09)

4.5 observações: algumas impressões

A fim de complementar as discussões aqui apresentadas a partir dos discursos/falas das professoras, iremos trazer de forma breve um relato sobre a vivência na escola quando estava realizando a pesquisa.

No dia em que foi realizada as entrevistas com as professoras “B”, “C” e “D” na Escola Iracema Soares tivemos a oportunidade de acompanhar alguns momentos da aula da professora “B”. A sala de aula que foi observada por alguns instantes foi a sala do 7º ano, a qual o aluno surdo possui conhecimento sobre LIBRAS e tenta se comunicar com as pessoas da escola por meio dela, mas infelizmente ninguém na escola possui conhecimento suficiente para se comunicar por sinais.

Os professores desconhecem até mesmo os sinais mais comuns como por exemplo um bom dia, boa tarde, um boa noite. O momento em que fiquei na sala de aula percebi que o aluno surdo é muito comunicativo, simpático, ele a todo momento gesticulava querendo conversar com quem estava ao seu redor, mas pouco do que ele falava era compreendido na sala de aula.

Em um determinado momento o aluno surdo veio até aonde estávamos, deu um abraço na professora e fez alguns sinais de forma sorridente para ela, ela de imediato olhou para mim e falou: gostaria muito de saber o que ele falou, mas eu não consegui entender nada. Nesse momento através dos conhecimentos adquiridos inicialmente na disciplina de Libras no curso de pedagogia e no curso de extensão em libras realizado na Universidade Federal da Paraíba, conseguimos interpretar o que o aluno surdo estava querendo falar para a professora, o aluno surdo tinha falado que amava a professora e

logo em seguida me cumprimentou e voltou para sua cadeira para terminar de escrever em seu caderno a atividade que a professora tinha feito na lousa.

O aluno surdo estava sentado na cadeira da frente, a professora falava diretamente olhando para ele, com pausas na sua fala. A disciplina a qual a professora estava ministrando era a disciplina de artes e no momento em que a professora falava eu pude perceber que o aluno surdo prestava atenção nela, logo em seguida ela escreveu uma atividade na lousa e pediu para que todos os alunos escrevessem, o aluno surdo foi um dos primeiros a terminar a atividade.

O momento reservado para a observação da aula, percebemos que um dos motivos segundo a professora que mais dificulta o desenvolvimento da aprendizagem do aluno é a falta de comunicação entre professor e aluno, mas entendemos também que apenas acesso a língua natural do surdo não é garantia de um ensino de qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o processo de educação de surdos incluídos no ensino regular requer refletir sobre as problemáticas existentes que vem se perpetuando ao longo dos séculos. Os surdos sempre foram vistos como pessoas incapazes de ter uma vida como uma pessoa ouvinte pelo fato de não possuir a audição. Os surdos tiveram que lutar muito para que seus direitos fossem garantidos. A inclusão de alunos surdos no ensino regular é um avanço/conquista para a consolidação dos direitos do surdo. Desde a Declaração de Salamanca (1994) a qual confere que toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, que os surdos tiveram então uma possibilidade maior de estar incluído no processo educacional nas instituições de ensino regular.

A pesquisa nos possibilitou acesso ao quantitativo de alunos surdos matriculados no município de Mamanguape que infelizmente é uma realidade bastante escassa, segundo dados da coordenação da educação inclusiva do município, apenas dois alunos estão matriculados na rede municipal de ensino, e se encontram matriculados no ensino fundamental II-anos finais, no ensino fundamental I- anos iniciais não se tem nenhum aluno surdo matriculado.

No ano de 2002 foi aprovada a lei 10.436 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais. Observamos que aos poucos foram sendo galgadas novas conquistas sobre a efetivação dos direitos do surdo. Em 2005 surge o decreto 5.626 que considera a pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Percebemos que aos poucos o surdo foi ganhando os mesmos espaços que são garantidos para as pessoas ouvintes, percebeu-se que o fato do surdo não ouvir não pode ser o fator que iria mantê-lo segregado na sociedade.

Este trabalho buscou através do seu objetivo geral realizar investigação acerca da formação dos professores para a educação do surdo, destacando as práticas pedagógicas como possibilidade de melhoria na efetivação da inclusão dos alunos surdos no processo de ensino e aprendizagem.

Nosso primeiro objetivo específico pautou-se na investigação da formação de professores para a educação do surdo, destacando as práticas pedagógicas como

possibilidade de melhoria na efetivação da inclusão dos alunos surdos no processo ensino e aprendizagem. Com o resultado da pesquisa concluímos através dos estudos realizados e através das falas das professoras, a importância de se construir práticas pedagógicas que permitam ao surdo sua verdadeira inclusão na escola de ensino regular.

Nosso segundo objetivo específico foi analisar a formação inicial de professores antes e depois do decreto 5.626 de dezembro de 2005, que instituiu a Libras como componente curricular nos cursos de formação de professores para o magistério. Percebemos que os cursos de formação inicial realizadas nos anos 1994, 2000, 2002, 2010 não tinha como componente curricular a disciplina de LIBRAS, o que dificultou a realização práticas pedagógicas bem desenvolvidas para o ensino dos alunos surdos.

Nosso terceiro objetivo específico foi refletir sobre a importância da formação continuada de professores para a educação do surdo, compreender a necessidade de práticas pedagógicas voltadas para a educação do surdo. As professoras em suas falas relatam que apenas a formação inicial não consegue suprir a demanda exigida na realidade da sala de aula com a inclusão de alunos surdos, elas sentem muita dificuldade em lecionar para esses alunos, pois na concepção das professoras o que causa maior deficiência no processo de ensino e aprendizagem é o fato de ambas as partes professor e aluno não se compreenderem, a nível de linguagem.

Nosso quarto objetivo foi identificar os desafios e possibilidades apresentados pelos professores no que tange a educação da pessoa surda. Os resultados da pesquisa apontam como maior desafio a falta de comunicação entre as professoras e os alunos surdos. Os resultados também apontam que a maior dificuldade de um professor ensinar um aluno surdo encontra-se na sua formação, ou seja a formação adequada para o professor é a possibilidade de melhoria para facilitar a efetiva inclusão da pessoa surda no ensino regular.

A pesquisa buscou responder a seguinte pergunta, será que a formação dos professores que estão atuando nas salas de aula do ensino regular tem contribuído para a garantia de um desenvolvimento pleno do ensino e da aprendizagem, no que se refere a educação dos surdos?

Os dados da pesquisa nos mostra que não, a formação dos professores não está conseguindo suprir as necessidades educacionais dos alunos surdos. Percebemos que a professora que se formou primeiro, onze anos antes do decreto 5.626/05, é a que buscou conhecimento para além dos conhecimentos que perpassaram a sua formação inicial.

Compreendemos através das experiências vivenciadas pelas professoras que apenas a formação inicial não é suficiente, é preciso buscar mais conhecimentos, pois os alunos surdos que estão na sala de aula de ensino regular necessitam de um ensino de qualidade. Em estudos realizados para este trabalho percebemos que muito se avançou no que se refere a legislação para a consolidação dos direitos da pessoa surda a educação, mas quando nos deparamos com a realidade das escolas percebemos que grande parte dos direitos do surdo ainda se encontra no papel e que ainda tem muito para evoluir para que haja a verdadeira inclusão do aluno surdo na escola de ensino regular.

O resultado da pesquisa contribuiu para que nós enquanto pesquisadores percebêssemos os discursos que cercam os desafios de promover uma educação eficaz para os alunos surdos incluídos no ensino regular, evidenciando a importância de se pensar na formação de professores como possibilidade para a construção de práticas pedagógicas que favoreçam o desempenho escolar do surdo. Doutro modo o trabalho realizado nos possibilitou ampliar o nosso olhar para a pessoa surda, no sentido de enxergá-lo para além da ausência da audição.

Todas as informações coletadas poderão futuramente possibilitar outros caminhos para novos trabalhos, pois existe muita necessidade em realizar pesquisas que estimule tanto o âmbito acadêmico quanto o âmbito escolar principalmente os professores em construir um pensamento crítico e reflexivo na tentativa de se criar soluções para os problemas de inclusão no que tange a educação de surdos no ensino regular.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.**

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 06 de abr de 2017.

_____. Ministério da Educação. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** Brasília-DF, 2010.

_____. Lei 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e dá outras providências.** Disponível em:

<Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 31 de jan. de 2017.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília- DF, 07 de janeiro de 2008.

_____. Ministério da Educação. **Orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva,** 2015 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17237-secadi-documento-subsidiario-2015&Itemid=30192. Acesso em: 13 de mar. De 2017.

COSTA, Nadja Maria de Lima. **A Formação Contínua de Professores – Novas Tendências e Novos Caminhos.** Holos, Rio Grande do Norte, dezembro de 2004. Disponível em:< <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/48/52>> Acesso em: 31 de jan. de 2017.

LACERDA, Cristina B.F de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. Campinas, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000300007#back> Acesso em: 02 de mar. de 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MANZINI, E.J. **Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros**. Bauru, 2004.

MIGUEL, Fernanda Valim Côrtes. **A Entrevista Como Instrumento para investigação em Pesquisas Qualitativas no Campo na Linguística Aplicada**. Revista odisseia, Rio grande do Norte, 2010.

PERLIN, Gladis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos. (Org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

APÊNDICE A

 <p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PAÍBAIBA CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA</p>
ROTEIRO NORTEADOR DE ENTREVISTA
O que você tem feito para possibilitar a aprendizagem dos alunos surdos?
Quais são suas estratégias em sala de aula?
Você encontra desafios no processo de ensinar alunos surdos? Caso sim, quais são e o que você tem feito para supera-los?
Você se sente preparado (a) para ensinar alunos surdos? Caso não, quais os saberes lhe faltaram em sua formação? Caso sim, o que mais contribuiu na sua formação para que você se sinta preparado (o)?
Você concorda que alunos surdos frequentem as salas de aula de ensino regular?
Você acha que a escola de ensino regular é suficiente para que o surdo desenvolva suas aprendizagens? Caso seja suficiente justifique, caso não seja, qual seria outra possibilidade



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre “Formação de professores e a surdez: desafios e possibilidades” e está sendo desenvolvida pelo pesquisador (a) Aline Santos de Lima, aluna do Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Aline Cleide Batista.

A pesquisa tem como objetivo geral realizar investigação acerca da formação dos professores para a educação do surdo, destacando as práticas pedagógicas como possibilidade de melhoria no desenvolvimento e efetivação da inclusão dos alunos surdos no processo ensino aprendizagem. Pretendemos através desta pesquisa responder a tais questões propostas e assim compreender o que os docentes estão fazendo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não será obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá nenhum problema.

O pesquisador estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Participante da Pesquisa